ReGeo ISSN: 2177-3246

REFLEXÕES SOBRE A FOME E A INSEGURANÇA ALIMENTAR NA MESORREGIÃO DO OESTE DA BAHIA

REFLECTIONS ON HUNGER AND FOOD INSECURITY IN THE WESTERN MESOREGION OF BAHIA

REFLEXIONES SOBRE EL HAMBRE Y LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA EN LA MESORREGIÓN DEL OESTE DE BAHÍA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n11-101

Data de submissão: 19/10/2026 **Data de publicação:** 19/11/2026

Robson Soares Brasileiro
Doutor em Geografia
Instituição: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)
E-mail: robson.brasileiro@ufob.edu.br
Orcid: https://orcid.org/000-0002-7964-39

Luisa Pereira da Cruz Silva
Graduada em Ciências Biológica
Instituição: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)
E-mail: luisa.s6638@ufob.edu.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2613634881651833

RESUMO

O presente artigo traz ao debate algumas reflexões sobre a fome e insegurança alimentar na Mesorregião do Oeste da Bahia. Ressalta alguns fatores socioeconômicos, que contribuem para esse cenário. A pesquisa combina abordagens qualitativa e quantitativa, utilizando dados do CECAD 2.0, IBGE, Atlas Brasil e da Rede PENSSAN, além de revisões teóricas fundamentadas em autores como Josué de Castro. Os resultados revelam um paradoxo: embora a região seja um importante polo agrícola voltado para a exportação de grãos, grande parte da população local enfrenta condições de vulnerabilidade social, com altos índices de pobreza e insegurança alimentar. O estudo destaca a necessidade de políticas públicas eficazes que promovam o acesso equitativo aos alimentos e fortaleçam a agricultura familiar, buscando reduzir as assimetrias e garantir o direito humano à alimentação.

Palavras-chave: Fome. Insegurança Alimentar. Políticas Públicas. Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

This article presents reflections on hunger and food insecurity in the Western Mesoregion of Bahia, highlighting several socioeconomic factors that contribute to this situation. The research combines qualitative and quantitative approaches, drawing on data from CECAD 2.0, the IBGE, Atlas Brasil, and the PENSSAN Network, alongside theoretical reviews grounded in the work of authors such as Josué de Castro. The findings reveal a paradox: although the region serves as a major agricultural hub focused on grain exports, a large portion of the local population faces social vulnerability, characterized by high levels of poverty and food insecurity. The study underscores the need for effective public policies that promote equitable access to food and strengthen family farming, with the aim of reducing disparities and upholding the human right to food.

Keywords: Hunger. Food Insecurity. Public Policies. Social Vulnerability.

RESUMEN
El presente artículo plantea para el debate algunas reflexiones sobre el hambre y la inseguridad alimentaria en la mesorregión del Oeste de Bahía. Se destacan diversos factores socioeconómicos que contribuyen a este escenario. La investigación combina enfoques cualitativos y cuantitativos, utilizando datos del CECAD 2.0, el IBGE, Atlas Brasil y la Red PENSSAN, además de revisiones teóricas fundamentadas en autores como Josué de Castro. Los resultados revelan una paradoja: aunque la región constituye un importante polo agrícola orientado a la exportación de granos, gran parte de la población local enfrenta condiciones de vulnerabilidad social, con elevados índices de pobreza e inseguridad alimentaria. El estudio subraya la necesidad de políticas públicas eficaces que promuevan el acceso equitativo a los alimentos y fortalezcan la agricultura familiar, con el fin de reducir las asimetrías y garantizar el derecho humano a la alimentación.

Palabras clave: Hambre. Inseguridad Alimentaria. Políticas Públicas. Vulnerabilidad Social.

1 INTRODUÇÃO

Os debates sobre a fome e a segurança alimentar sempre foram temas presentes na sociedade brasileira, haja vista a sucessão de avanços e retrocessos observados ao longo dos séculos XX e XXI. O dilema da fome sempre esteve em evidência no cenário brasileiro, obviamente variando de acordo com as sucessões governamentais e a territorialização e espacialização de políticas públicas sociais de combate à fome e à pobreza. A referida temática se configura como um dos principais desafios a serem enfrentados por parte da sociedade brasileira, especialmente por aquela parcela da população que se encontra em constante processo de precariedade e vulnerabilidade social.

A discussão em tela não constitui um fenômeno recente, trata-se de um problema que tem sido investigado, analisado e debatido ao longo de várias décadas. No Brasil, o tema é amplamente discutido em razão de mutiplos determinantes, tais como, à extrema concentração de renda, insuficiência de políticas públicas universais, mais enérgicas e eficientes, baixos índices de geração de emprego, entre outros fatores estruturais.

Em 1946, o médico e geógrafo Josué de Castro publicou o livro Geografia da Fome, uma obra científica que realiza uma análise sitemática da fome no contexto das macrorregiões brasileiras com recortes específicos. A partir desse mapeamento, o autor identificou cinco características fundamentais para compreender e discutir o fenômeno da fome no país, a saber: as áreas alimentares, caracterizadas por disponibilidade de recursos típicos e dietas consolidadas em produtos regionais; as área de fome endêmica, nas quais pelo menos metade da população apresenta manifestações permanentes de carências nutricionais; as áreas de fome epidêmica, onde surtos transitórios privam metade da população de quantidade calorica essencial; as áreas de subnutrição, com manifestações mais discretas restritas a parte mais especifica de seus habitantes; e o mosaico alimentar brasileiro, decorrente da diversidade regional das dietas dos vários grupos brasileiros e oriunda das várias categorias de alimentos (Vasconcelos, 2017).

Diante desse panorama, evidência-se que que as assimetrias sociais desempenham papel determinante na manutenção do referido problema, uma vez que a fome se articula especificamente às disparidades de renda e classes sociais entre diferentes regiões. A diferença no acesso aos alimentos e recursos é evidente e enfatiza o dilema da fome e da insegurança alimentar. Nesse contexto, a implementação e gestão continuada das políticas públicas e os programas de assistência alimentar são fundamentais para combater a fome, e a eficácia dessas políticas é um ponto constante de análise, visto que a implementação e a gestão podem influenciar consideravelmente a segurança alimentar da população.

Dito isso, cabe ressaltar que o dilema da fome se articula a outros vetores críticos, como os impactos socioambientais e as mudanças climáticas, os quais incidem diretamente na produção e disponibilidade de alimentos, principalmente para as parcelas mais vulneráveis da sociedade. Práticas predatórias associadas ao desmatamento para cultivo e expansão de monoculturas geram degradação do solo, supressão da biodiversidade, esgostamento hidrico e, assim, reduzindo a resiliência dos ecossistemas agrários, que por sua vez contribui para a insegurança alimentar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Vale ressaltar que a fome e a insegurança alimentar no Brasil, possuem, portanto, viés político e estrutural. A primeira vertente diz respeito aos desmontes de políticas públicas sociais voltadas às parcelas da população mais vulneráveis e precarizadas socialmente, frequentemente impactas pelas inflexões e ineficiência de determinados projetos institucionais de combate à fome e à pobreza no país. As políticas públicas "assistencialistas" amenizam, mas não resolvem o problema da fome, haja vista que este não envolve apenas a produção de alimentos com diversidade e qualidade, mas também o debate do acesso aos alimentos e o direito de se alimentar, isto é, se o governo não tem uma política sólida e consistente de geração de renda, empregos e melhores remunerações, parte da população terá uma alimentação deficitária, o que, por sua vez, aumenta a insegurança alimentar no país. Leme et *al*. (2022) apresentam a seguinte reflexão no contexto desse debate:

> A alimentação diária que seria contemplada no salário precisava atender às necessidades mínimas do trabalhador, que, na época, girava em torno de 3.400 calorias por dia. Em 1946, na Constituinte, passou-se a considerar que o salário deveria contemplar não apenas o trabalhador, mas a totalidade de sua família. Apesar da mudança na legislação, isso não significou a aplicação dessa diretriz nem ampliou a renda da população, permanecendo, até hoje, o salário mínimo muito abaixo das necessidades de uma família (Leme *et al.*, 2022, p. 26).

Depreende-se daí que o debate sobre a fome, não apenas no Brasil, mas no mundo, perpassa também a hegemonia do capital dominante em sua versão mais perversa, isto é, financeirizada e globalizada. Nesse sentido, "a financeirização da vida, o modo de produção e de acesso a esses produtos faz parte desse projeto" (Leme et *al*., 2022, p. 8). Assim, observa-se que o acesso ao alimento se transformou em moeda de troca, praticamente sinônimo de *commodities*, ou seja, perde a sua essência social e passa a ser precificado e mensurado pela agregação de valor nos mercados futuros e bolsas de valores internacionais, distânciado o seu acesso das populações que não detêm capacidade de consumo nos parâmetros exigidos pelo mercado. Portanto, na perspectiva dessa reflexão, o alimento

deixa de ser um direito básico e "acessível" dos cidadãos para se transformar em "moeda de troca" (Leme et *al*., 2022).

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2022), a população brasileira alcançou 203 milhões de habitantes, sendo que mais de 20 milhões de famílias vivem em situação de pobreza registradas no Cadastro Único (CECAD 2.0, 2024). Desse total, 14,7 milhões residem no estado da Bahia, cuja área territorial perfaz 567.295 km² (IBGE, 2022). Em 2021, mais da metade dos habitantes do estado (57,7%) encontrava-se em situação de pobreza ou extrema pobreza. Esse panorama reflete raízes histórico-sociais profundas que cristalizam a exclusão e a desigualdade (Schappo, 2021), evidenciando o papel estratégico das bases de dados governamentais na mensuração dos déficits sociais.

O Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico), gerido pelo governo federal sob a coordenação do Ministério da Cidadania constitui o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, operando enquanto pré-requisito para a participação em mais de trinda programas sociais (CEDIPI, 2020). Em 2021, o cadastro abrangia cerca de 19,5 milhões de núcleos familiares no país (IBGE, 2025). No entanto, a inclusão no CadÚnico não garante deferimento automático aos benefícios disponíveis, haja vista que cada programa social, a seleção das famílias é baseada em critérios específicos de elegibilidade. Além da renda *per capita*, outros fatores também são levados em consideração, como a composição familiar, a presença de crianças ou idosos na residência e a situação de vulnerabilidade social da família (Reuters, 2024). Por exemplo, programas como o Bolsa Família priorizam famílias com crianças em idade escolar, enquanto o Auxílio Gás atende famílias com dificuldades para arcar com os custos de energia. Dessa forma, as famílias podem ter acesso a benefícios distintos, de acordo com a sua situação.

De acordo com Pitta e Vega (2017), a região em tela é caracterizada como uma área de abrangência dos biomas Cerrado e Caatinga. Esses são reconhecidos por sua biodiversidade, tanto em termos de fauna e flora quanto em recursos hídricos, o que a torna uma região de extrema importância para a preservação e conservação. É importante ressaltar que o bioma Cerrado compreende um mosaico de várias fitofisionomias, ou seja, formações campestres, matas de galeria entre o Cerrado *stricto sensu* e *lato sensu*; essa extraordinária riqueza é resultante da variedade de solos, topografia e climas favoráveis que se estendem pelo Brasil Central.

É pertinente frisar que o recorte geográfico em discussão se encontra inserido na região da cadeia produtora de grãos, constituindo o epicentro do Matopiba, acrônimo representativos das áreas confluentes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa região foi criada com o propósito de expandir o agronegócio exportador de grãos e fibras. Considerada a última fronteira agrícola

brasileira, o Matopiba é resultante da expansão do agronegócio e do avanço de um "modelo" de produção altamente mecanizado, financeirizado, dependente da cadeia petrolífera, alicerçado no meio técnico-científico-informacional, amparado sobre critérios de excelência e competitividade, que faz uso de tecnologias modernas (Belchior et *al*., 2017). Como espaço produtivo, a região em debate tem sido aceleradamente tensionada pela expansão do agronegócio, configurando-se como uma das maiores áreas brasileiras produtoras de grãos (Egger, 2021). Cumpre interrogar em que medida esse avanço técnico reverbera na melhoria das condições de vida e na garantia da segurança alimentar da população regional.

Neste cenário, este estudo propõe-se a refletir, confrontar e debater dados e informações relativos ao agronegócio globalizado com a realidade socioeconômica vivenciada pelas populações locais acerca do dilema da fome e da insegurança alimentar no Oeste da Bahia. Conforme mencionado anteriormente, ressalta-se que a discussão desta temática não é recente, haja vista que questões relacionadas ao acesso à alimentação, principalmente por parte de famílias em condições de vulnerabilidade e precariedade social, isto é, abaixo da linha de pobreza, têm se perpetuado ao longo dos séculos no país.

A partir do ano de 2018, essas problemáticas se intensificaram no cenário nacional, devido ao enfraquecimento das políticas públicas de combate à pobreza e/ou até mesmo à inexistência destas em alguns casos, política econômica com altos índices de inflação, que, por sua vez, elevaram o custo de vida, afetando principalmente as famílias mais pobres, surgimento da Pandemia da Covid 19, aumento da produção de *commodities* para exportação e períodos de estiagem prolongados, entre outros aspectos determinantes. Neste sentido, sobressai, como problema condutor da pesquisa, a seguinte indagação: como uma região que figura entre as maiores produtoras agropecuárias do país mantém frações tão expressivas de seus habitantes cadastradas em programas de assistência social e vulneráveis à privação alimentar?

3 DESENVOLVIMENTO

A temática sobre a insegurança alimentar e a fome não se resume a questões de desnutrição e ausência de alimentos. A referida discussão envolve debates mais polêmicos e complexos, haja vista que perpassa fatores econômicos, políticos, sociais, ambientais, estruturais e a própria condição de acesso ao alimento. Portanto, é relevante deixar claro que a fome possui níveis, tais como: a fome aguda, configurando-se como momentânea, aquela em que há necessidade imediata de se alimentar; e a fome crônica, que ocorre quando a alimentação habitual não está propiciando ao indivíduo a energia suficiente para manter o organismo saudável e capaz de realizar suas atividades.

Como alertava Josué de Castro (1953, 2008), a persistência da fome não decorre da escassez física de alimentos na escala planetária, mas da incapacidade aquisitiva imposta às classes trabalhadoras e despossuídas. Os avanços tecno-científicos contemporâneo seriam suficientes para nutrir com dignidade toda a população global, se não fosse a mercantilização excludente da estrutura agrária e a retenção da produção no circuito restrito das finanças. De acordo com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem o comprometimento do acesso a outras necessidades essenciais, é direito básico do ser humano. Todavia, o número de pessoas com fome no mundo permanece inaceitavelmente alto. Estima-se que a escassez crônica de alimentos afete aproximadamente 15% da população mundial (SEI, 2023a).

No Oeste Baiano, os discursos corporativos articulam narrativas de modernização e progresso técnico para legitimar a apropriação dos recursos territoriais, apresentando os impactos socioambientais como custos inevitáveis do desenvolvimento (Pereira; Oliveira, 2023). Todavia, as transformações lideradas pelo agronegócio impuseram um "padrão de desenvolvimento" profundamente desigual, baseado na conversão massiva de ecossistemas nativos em lavouras monoculturais (Pitta et *al*., 2017).

No entanto, a chegada do agronegócio modificou profundamente a dinâmica econômica e socioambiental da região. Atualmente, observa-se que as transformações impulsionadas pelo setor resultaram em um desenvolvimento desigual, marcado pela priorização do capital em detrimento de uma perspectiva de igualdade social e proteção ambiental. Entre as consequências mais evidentes, destacam-se os impactos ambientais graves, como o desmatamento, as queimadas intensas e o uso de produtos químicos e sintéticos na produção. Esses fatores, conforme apontado por Pitta et *al*. (2017), reforçam a necessidade de repensar estratégias para promover um desenvolvimento que concilie crescimento econômico e sustentabilidade.

No entanto, a chegada do agronegócio modificou profundamente a dinâmica econômica e socioambiental da região. Atualmente, observa-se que as transformações impulsionadas pelo setor resultaram em um desenvolvimento desigual, marcado pela priorização do capital em detrimento de uma perspectiva de igualdade social e proteção ambiental. Entre as consequências mais evidentes, destacam-se os impactos ambientais graves, como o desmatamento, as queimadas intensas e o uso de produtos químicos e sintéticos na produção. Esses fatores, conforme apontado por Pitta et *al*. (2017), reforçam a necessidade de repensar estratégias para promover um desenvolvimento que concilie crescimento econômico e sustentabilidade.

Além disso, questões como a concentração fundiária, a insuficiência de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e o aumento do custo de vida para as populações locais agravam a fome e a insegurança alimentar. Dados da FAO (2021) indicam que mais de 60% das famílias em situação de insegurança alimentar grave no Brasil estão localizadas em áreas rurais, onde a produção de alimentos básicos tem sido progressivamente substituída por monoculturas voltadas ao mercado externo, como a soja, o milho e o algodão.

O Oeste da Bahia, reconhecido por sua expressiva produção agrícola, enfrenta desafios significativos relacionados à fome e à insegurança alimentar. Apesar do impulso econômico trazido pelo agronegócio, a concentração fundiária e a priorização de monoculturas voltadas para exportação podem restringir o acesso da população a alimentos diversificados e nutritivos produzidos regionalmente. Essa realidade contribui diretamente para os elevados índices de insegurança alimentar, os quais afetam, sobretudo, as populações em situação de extrema vulnerabilidade social.

No âmbito estadual, estimativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2023a) revelam que 12,9% da população baiana (cerca de 1,9 milhão de pessoas) sofria de insegurança alimentar grave, ao passo que 62,6% dos domicílios experimentavam algum grau de insegurança alimentar. Em 2021, 57,7% da população do estado vivia em condição de pobreza ou extrema pobreza (SEI, 2023b). No Oeste da Bahia, a proporção de indivíduos abaixo da linha de pobreza atinge marcas entre 55% e 65%, desvelando contrastes gritantes entre a pujança das fazendas exportadoras e a indigência dos núcleos urbanos e rurais subalternizados.

4 METODOLOGIA

O método científico utilizado nesta pesquisa é o materialista histórico-dialético, haja vista que este possibilita apreender a reealidade socioespacial considerando suas contradições fundamentais, das relações de classes sociais e da historicidade das relações produtivas. Por meio da dialética, as contradições entre a riqueza gerada pelo agronegócio e a penúria alimentar vivenciada pelas populações regionais são examinadas enquanto expressões indissociáveis do mesmo modelo hegemônico de acumulação territorial.

Esse método permite apreender como as problemáticas analisadas resultam de processos históricos e estruturais, reconhecendo as tensões sociais como motores das transformações espaciais. A perspectiva dialética propõe que o conhecimento é construído por meio da interação de contrários, em que a confrontação crítica entre tese e antítese viabiliza uma síntese explicativa. Além disso, o método em questão possibilita cotejar os indicadores socioeconômicos com a realidade concreta do Oeste da Bahia, no recorte temporal de 2012 a 2022. A abordagem adotada é a quali-quantitativa,

permitindo articular a depuração estatística à interpretação qualitativa dos fenômenos sociais investigados.

A pesquisa fundamenta-se em fontes bibliográficas e documentais. A triagem das fontes considerou a pertinência temática voltada à compreensão da fome e da insegurança alimentar no Oeste Baiano. A identificação e sistematização dos dados permitiram a apreciação analítica do estado da arte e das séries estatísticas oficiais. As principais etapas metodológicas compreenderam: levantamento e seleção de fontes documentais; revisão bibliográfica sistemática em livros e periódicos científicos; sessões de debate e orientação entre os autores; organização de fichamentos analíticos; coleta de microdados em plataformas governamentais como o CadÚnico; tabulação de dados demográficos e sociais; e construção de tabelas comparativas para a caracterização das disparidades regionais.

Os bancos de dados consultados foram determinantes para o rigor do estudo. Os registros do Cadastro Único (CECAD 2.0, 2024) forneceram informações detalhadas sobre as famílias cadastradas e em situação de pobreza. As bases do IBGE (2010, 2022, 2023, 2025) forneceram dados censitários e estimativas populacionais indispensáveis para delinear o perfil demográfico do Oeste Baiano. A plataforma do Atlas Brasil (2024) permitiu analisar a evolução do IDHM municipal entre 2012 e 2022. Os relatórios da Rede PENSSAN (2021) foram empregados para balizar os patamares de insegurança alimentar no país. Por fim, a literatura especializada fundamentou as categorias teóricas de análise socioespacial.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos microdados obtidos nas plataformas CECAD 2.0[1] e IBGE[2], foram elaboradas séries históricas que demonstram o quantitativo da população cadastrada no CadÚnico referente aos municípios investigados. Embora, a tabela 01 apresente a desagregação por recorte microrregional, o foco da análise é a totalidade da Mesorregião do Oeste da Bahia, que compreende as microrregiões de Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitória.

Na tabela 01, apresentam-se os dados referentes ao número de pessoas cadastradas no CadÚnico para o recorte temporal entre 2012 e 2022, subdividindo a região em três microrregiões (Barreiras, com sete municípios; Cotegipe, com oito municípios; e Santa Maria da Vitória, com nove municípios). É possível identificar que existe um elevado contingente de pessoas cadastradas na plataforma, sinalizando a persistência de condições de vulnerabilidade social. Por sua vez, na tabela

[1] Governo Federal. CECAD 2.0. Nota: Ferramenta que disponibiliza dados sintéticos não identificados, acessíveis ao público, permitindo a análise das características socioeconômicas das famílias cadastradas no CadÚnico.
[2] IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nota: Órgão responsável por produzir, analisar e disseminar dados estatísticos e geográficos sobre o Brasil, essenciais para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas.

02, apresentam-se os dados relativos à evolução demográfica de cada município, viabilizando uma análise comparativa entre o crescimento populacional e a dependência de programas sociais.

Tabela 1. Quantitativo de pessoas dos municípios da Mesorregião Região do Oeste da Bahia cadastradas no CadÚnico (2012–2022).

Municípios	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
MICRORREGIÃO DE BARREIRAS											
Barreiras	74.353	81.866	85.741	81.384	78.707	69.978	62.947	64.758	61.495	68.545	81.326
Baianópolis	12.037	12.156	12.395	11.925	11.618	11.811	11.762	11.767	11.344	11.675	12.078
Catolândia	3.042	2.865	2.885	2.752	2.617	2.825	2.906	2.833	2.710	2.864	2.995
Luís Eduardo Magalhães	24.778	25.618	29.830	30.650	30.752	33.605	36.142	39.248	38.160	41.429	52.848
Formosa do Rio Preto	17.572	18.076	18.590	17.246	17.542	17.710	17.581	17.811	17.483	18.293	19.243
São Desidério	18.737	19.282	20.176	17.949	17.311	17.409	18.228	19.625	19.238	20.428	23.224
Riachão das Neves	18.021	18.135	17.892	17.686	18.221	18.011	17.584	17.793	17.221	17.965	18.814
MICRORREGIÃO DE COTEGIPE											
Tabocas do Brejo Velho	11.206	11.319	11.452	10.521	9.815	9.549	9.188	9.465	9.236	9.609	9.930
Brejolândia	7.688	8.043	8.329	7.912	7.683	7.470	6.984	7.102	6.981	7.229	7.659
Wanderley	10.147	10.492	10.955	9.811	9.416	9.091	9.021	9.427	9.388	10.074	10.788
Cotegipe	10.716	11.274	11.594	10.983	10.935	11.031	10.333	10.504	10.000	10.378	10.537
Angical	11.927	12.584	13.389	12.825	12.850	12.780	12.231	11.960	11.485	11.993	12.372
Mansidão	8.258	8.715	9.768	9.942	10.030	10.418	10.495	10.516	10.397	10.733	11.083
Santa Rita de Cássia	22.284	23.931	24.873	23.687	23.738	23.616	23.045	23.126	22.384	23.768	25.474
Cristópolis	12.132	12.233	12.215	11.572	11.119	10.796	10.196	10.148	9.504	9.753	10.213
MICRORREGIÃO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA											
Santa Maria da Vitória	29.903	30.608	30.931	28.144	27.227	27.933	27.857	28.472	27.468	28.922	32.562
Cocos	15.198	15.890	16.364	15.895	15.972	15.946	14.936	14.502	13.669	13.945	15.034
Coribe	13.415	13.552	13.789	12.634	12.266	13.020	12.380	12.367	12.120	12.556	12.923
Correntina	23.392	24.209	24.946	23.966	23.819	23.283	22.044	21.836	20.781	21.445	22.279
Jaborandi	6.081	6.899	7.416	7.823	7.981	8.002	7.608	7.708	7.648	7.977	8.004
São Félix do Coribe	12.089	12.452	12.775	11.945	11.754	11.912	11.400	11.424	10.749	11.442	12.232
Santana	20.880	21.421	21.970	20.691	20.720	21.145	20.273	20.686	19.947	20.508	21.083
Canápolis	8.094	8.296	8.470	8.301	8.054	8.121	7.924	7.978	7.862	8.147	8.310
Serra Dourada	16.352	16.381	16.828	15.685	15.580	15.266	14.374	14.193	13.439	13.996	14.688

Fonte: CECAD 2.0 (2024). Org.: Autores, 2024.

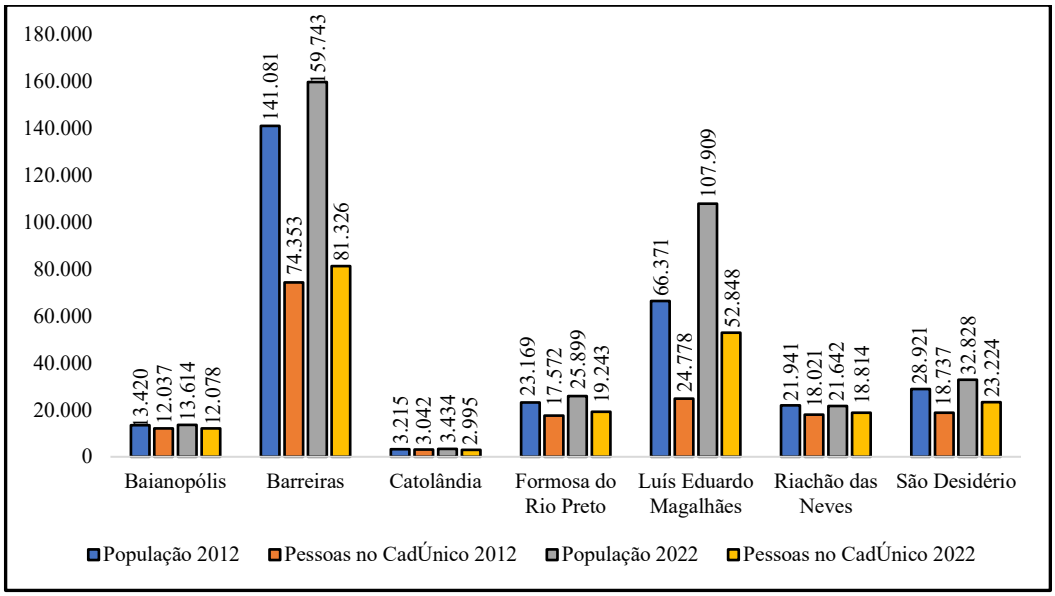
Tabela 2. Quantitativo da população dos municípios da Mesorregião Região do Oeste da Bahia (2012–2022).

Municípios	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
MICRORREGIÃO DE BARREIRAS											
Barreiras	141.081	150.896	152.208	153.918	155.519	157.638	153.831	155.439	156.975	158.432	159.734
Baianópolis	13.420	13.892	14.126	14.918	14.262	14.323	13.824	13.877	13.929	13.979	13.614
Catolândia	3.215	3.420	3.644	3.672	3.695	3.669	3.555	3.577	3.599	3.619	3.434
Luís Eduardo Magalhães	66.371	73.061	76.420	79.162	81.730	83.557	84.753	87.519	90.162	92.671	107.909
Formosa do Rio Preto	23.169	24.799	25.074	25.372	25.652	25.912	25.311	25.591	25.857	26.111	25.899
São Desidério	28.921	31.785	32.078	32.640	33.168	33.661	33.193	33.742	34.266	34.764	32.828
Riachão das Neves	21.941	23.209	23.237	23.264	23.290	23.313	22.343	22.339	22.334	22.330	21.642
MICRORREGIÃO DE COTEGIPE											
Tabocas do Brejo Velho	11.433	12.990	13.008	13.025	13.043	13.057	12.517	12.518	12.516	12.515	11.979
Brejolândia	11.247	10.545	10.624	10.698	10.768	10.833	10.493	10.557	10.618	10.675	9.108
Wanderley	12.356	13.089	13.047	13.008	12.971	12.935	12.299	12.238	12.180	12.125	12.968
Cotegipe	13.614	14.390	14.396	14.403	14.409	14.414	13.796	13.782	13.769	13.756	13.063
Angical	13.992	14.762	14.742	14.724	14.707	14.690	14.017	13.977	13.938	13.902	13.732
Mansidão	12.759	13.598	13.652	13.761	13.864	13.959	13.546	13.643	13.734	13.822	13.919
Santa Rita de Cássia	26.653	28.349	28.642	28.822	28.988	29.146	28.192	28.338	28.481	28.613	27.390
Cristópolis	13.374	14.189	14.247	14.302	14.354	14.403	13.872	13.910	13.947	13.981	13.993
MICRORREGIÃO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA											
Santa Maria da Vitória	40.165	41.809	41.809	41.795	41.782	41.769	39.920	39.845	39.775	39.707	38.604
Cocos	18.235	19.281	19.340	19.396	19.449	19.498	18.746	18.777	18.807	18.835	19.151
Coribe	14.210	15.024	15.000	14.976	14.954	14.933	14.240	14.194	14.149	14.108	13.990
Correntina	31.397	32.980	33.084	33.183	33.275	33.361	32.081	32.137	32.191	32.243	32.459
Jaborandi	8.728	9.417	9.318	9.225	9.138	9.056	8.496	8.385	8.277	8.176	9.272
São Félix do Coribe	13.243	15.443	15.548	15.647	15.738	15.825	15.310	15.391	15.468	15.543	15.194
Santana	24.987	25.998	27.132	27.260	27.381	27.492	26.517	26.614	26.705	26.792	24.755
Canápolis	9.395	10.130	10.137	10.142	10.146	10.151	9.719	9.711	9.703	9.694	10.225
Serra Dourada	17.963	18.467	18.428	18.389	18.352	18.320	17.452	17.386	17.321	17.261	17.066

Fonte: IBGE (2023). Org.: Autores, 2024.

A tabela 01 representa os municípios da região Oeste da Bahia e o quantitativo de pessoas cadastradas no CadÚnico para o período de 2012 a 2022, enquanto a tabela 02 apresenta o contingente populacional para o mesmo intervalo. Observe-se, a seguir, a análise da Microrregião de Barreiras (gráfico 01):

Gráfico 1. Relação entre população e quantitativo de pessoas cadastradas no CadÚnico da Microrregião de Barreiras nos anos de 2012 e 2022.



Fonte: IBGE; CECAD 2.0 (2023). Org.: Autores, 2024.

Ao analisar e confrontar os dados das referidas tabelas, foram identificados municípios onde mais da metade de sua população apresenta cadastro na plataforma em tela. Todavia, para uma análise mais apurada, faz-se necessário estabelecer um recorte nesta sequência histórica dos vinte e quatro (24) municípios que compõem a referida mesorregião. A partir desse quantitativo, realizou-se uma análise por recorte microrregional, confrontando o número de inscritos no CadÚnico com a evolução censitária entre 2012 e 2022.

Na Microrregião de Barreiras, praticamente todos os municípios estão inseridos no contexto da cadeia produtora de grãos, destacando-se como grandes produtores de soja, algodão ou milho para exportação. Todavia, ao observar o quantitativo populacional dos municípios do recorte em tela, identifica-se que alguns destes tinham praticamente metade de sua população cadastrada no CadÚnico. No ano de 2012, o município de Barreiras apresentou um total populacional em torno de 141.081 habitantes (IBGE, 2010); desse quantitativo, 74.353 estavam cadastrados, o que representava praticamente 52% da população inscrita para pleitear algum benefício social. Em 2022, o município registrou 159.734 habitantes (IBGE, 2022), dos quais 81.326 pessoas encontravam-se cadastradas no CadÚnico índice equivalente a 50% dos habitantes. É pertinente analisar que, após uma década (2012 a 2022), metade da população local continuava dependente de algum tipo de auxílio governamental.

Cenário expressivo é verificado no município de Luís Eduardo Magalhães, cuja população em 2012 era de 66.371 habitantes (IBGE, 2010), com 24.371 pessoas cadastradas na plataforma (36,71%). Em 2022, o contingente demográfico alcançou 107.909 habitantes (IBGE, 2022), enquanto 52.848 pessoas estavam cadastradas no CadÚnico. Observa-se que, após dez anos, 49,34% da população de

Luís Eduardo Magalhães estava inserida no CadÚnico, evidenciando que a expansão econômica não erradicou a vulnerabilidade social.

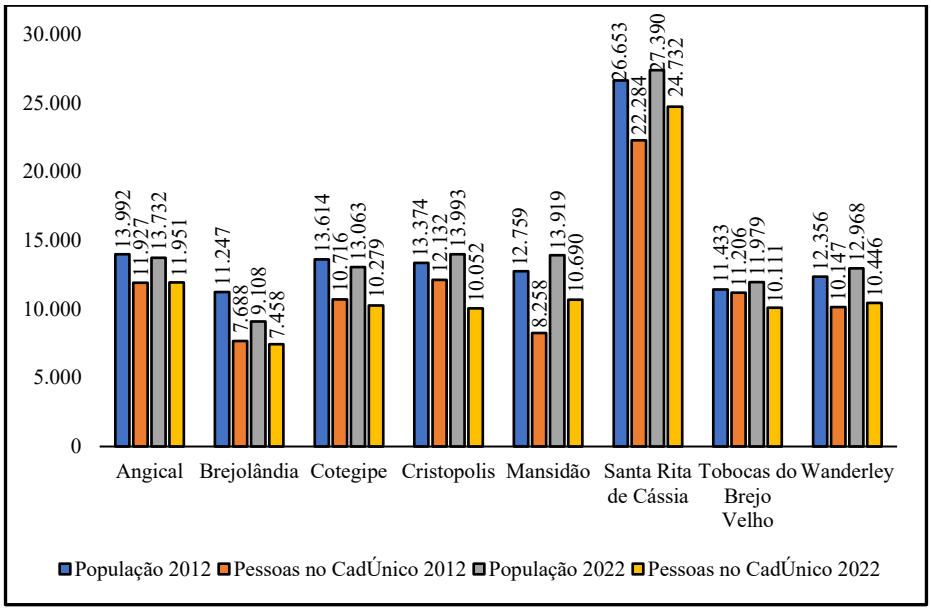
Situação preocupante é constatada em São Desidério, um dos maiores polos agrícolas da região. Em 2012, o município contava com 28.921 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 18.737 pessoas (64,78%) estavam cadastradas para pleitear auxílio público. Em 2022, a população chegou a 32.828 habitantes (IBGE, 2022), com 23.224 pessoas inseridos no CadÚnico (70,41%), ou seja, mais de dois terços da população encontravam-se em condição de vulnerabilidade, revelando que a dependência social permaneceu crescente ao longo da década.

Em Formosa do Rio Preto, outro município exportador de grãos, o panorama repete-se: em 2012, a população era de 23.169 habitantes (IBGE, 2010), e o número de cadastrados no CadÚnico era de 17.572 (75,84%) da população. Em 2022, com 25.899 habitantes (IBGE, 2022), registravam-se 19.243 pessoas cadastradas (74,30%), confirmando que quase três quartos dos habitantes dependem de proteção social governamental.

No município de Riachão das Neves, verificou-se uma dinâmica peculiar: a ocorrência de perda demográfica. A população em 2012 era de 21.941 habitantes (IBGE, 2010), com 18.021 inscritos no CadÚnico (82,13%). Em 2022, a população sofreu um decréscimo para 21.642 habitantes (IBGE, 2022), ou seja, uma perda de 299 habitantes, isso pode esta associado à estagnação econômica, emigração dentre outros fatores. Em contrapartida, os inscritos no CadÚnico subiram para 18.814 (87,05%) da população, revelando aumento da proporção de dependência social.

Em Baianópolis, em 2012, a população total era de 13.420 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 12.037 pessoas (89,69%) estavam cadastradas no CadÚnico. Em 2022, o município contava com 13.614 habitantes (IBGE, 2022), com 12.078 munícipes cadastrados (88,78%). Assim, praticamente toda a população municipal vivenciava algum tipo de vulnerabilidade ao longo de todo o período analisado.

Gráfico 2. Relação entre população e quantitativo de pessoas cadastradas no CadÚnico para a Microrregião de Cotegipe nos anos de 2012 e 2022.



Fonte: IBGE; CECAD 2.0 (2023). Org.: Autores, 2024.

Na Microrregião de Cotegipe, o município de Tabocas do Brejo Velho apresentou estabilidade demográfica: em 2012, registrava 11.433 habitantes e 11.206 pessoas cadastradas no CadÚnico (98%) da população. Em 2022, a população atingiu 11.979 pessoas, com 9.930 cadastrados cerca de (83%), apresentando ligeira retração no percentual de pessoas cadastradas, todavia o contingente na referida plataforma ainda permanece expressivo e preocupante.

O município de Brejolândia apresenta uma situação populacional que merece atenção, especialmente no que diz respeito ao índice de vulnerabilidade social. Em 2012, a população era de 11.247 habitantes, porém 7.688 pessoas estavam cadastradas no CadÚnico, o que representava aproximadamente 68% da população, um contingente elevado que reflete um grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade. Entretanto, em 2022, a população caiu para 9.108 habitantes, uma diminuição significativa, enquanto o número de pessoas cadastradas no CadÚnico também teve um leve baixa, totalizando 7.458 pessoas. Esse valor corresponde a cerca de 82% da população de 2022, que pode indicar uma redução proporcional da população em situação de vulnerabilidade social, mas uma quantidade considerável das pessoas estava cadastrada no CadÚnico, sinalizando que os obstáculos socioeconômicos do município permanecem latentes.

O município de Wanderley apresentou um aumento de sua população para o recorte temporal em análise, haja vista que em 2012 o município tinha uma população de 12.356 habitantes, todavia, 10.147 pessoas estavam cadastradas no CadÚnico, o que correspondia a aproximadamente 82,12% da população, refletindo uma parcela importante vivendo em condições de exposição social. Já em 2022, o referido município apresentou uma população de 12.968 habitantes, deste total 10.446, ou seja,

80,55% de população estava cadastrada na plataforma CadÚnico. Esse cenário pode sugerir que, apesar do crescimento demográfico, a situação socioeconômica do município permanece desafiadora. Embora, o percentual de cadastrados tenha se mantido relativamente estável, o total absoluto de pessoas no CadÚnico indica que ainda existe uma grande parte da população dependente de programas sociais.

O município de Cotegipe apresenta uma estabilidade populacional, com uma leve diminuição no número de habitantes ao longo da última década, o que pode indicar uma situação de perca de população. Em 2012, a sua população era de 13.614 habitantes, entretanto, identificou-se que 10.716 pessoas estavam cadastradas no CadÚnico, representando aproximadamente 78,7% da população. Esse valor indicava grande parte da população em condição de vulnerabilidade social. Em 2022, o quantitativo populacional do referido município caiu para 13.063 habitantes, todavia o número de pessoas cadastradas no CadÚnico foi de 10.279, o que representa cerca de 78,6% da população, ou seja, praticamente o numero de pessoas em situação de vulnerabilidade social manteve-se estacionado. A estabilidade da proporção de pessoas cadastradas no CadÚnico, pode esta condicionada a diminuição do contigente populacional.

Outro município da região em análise é Angical, que apresentou um quadro de relativa constância demográfica entre 2012 e 2022, haja vista que no recorte temporal de 2012, a população era de 13.992 habitante, entretanto, 11.927 pessoas estavam cadastradas no CadÚnico, o que representava cerca de 85% de sua população, que por sua vez pode ser um indicativo expressivo de população vivendo em situação de vulnerabilidade social. Em 2022, houve um leve decréssimo na população do município em análise, ou seja, passou para 13.732 habitantes, enquanto o número de pessoas cadastradas no CadÚnico aumentou para 11.951, o que equivale a aproximadamente 87% da população. A leve queda na população, atrelada ao aumento no número de pessoas em situação de vulnerabilidade, revela um cenário em que as assimetrias sociais podem ter se intensificado ou pelo menos se mantido constante, nos últimos anos.

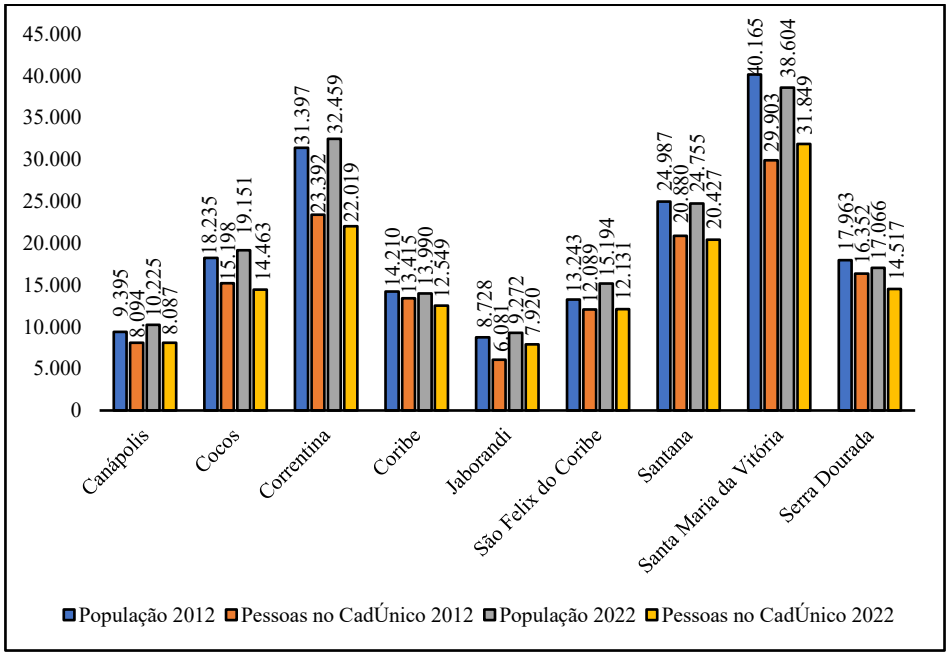
O município de Mansidão apresenta uma realidade crítica: em 2012, sua população era de 12.759 habitantes, com 8.258 inscritos no CadÚnico (65%). Em 2022, o contingente populacional subiu para 13.919 habitantes, enquanto os cadastrados saltaram para 11.083 pessoas (79,6%). Assim, na década analisada, os inscritos na plataforma governamental cresceram em ritmo acelerado, revelando que o município não conseguiu atenuar suas assimetrias sociais.

Situação não muito diferente pode ser aferida para o município de Santa Rita de Cássia, a população passou de 26.653 habitantes em 2012 para 27.390 em 2022, enquanto os cadastrados no

CadÚnico aumentaram de 22.284 (83%) para 25.474 (93%). O aumento no índice de cadastrados após uma década pode demonstra a profunda dependência de transferências sociais na localidade.

Outro município do recorte regional em tela é Cristópolis, que, por sua vez apresentou um pequeno crescimento populacional entre 2012 e 2022. Em 2012, a sua população era de 13.374 habitantes, com cerca de 12.132 pessoas cadastradas no CadÚnico, representando 91% de seus habitantes, um índice elevado. Em 2022, a população cresceu para 13.993 habitantes, mas, o número de pessoas cadastradas no CadÚnico caiu para 10.052, o que representava cerca de 72% da população. A redução no número de cadastrados na plataforma em tela, pode sugerir uma leve melhoria nas condições socioeconômicas do município e, até mesmo ampliação de políticas publicas, para erradicação da pobreza ou minimização de vulnerabilidades sociais. No entanto, a quantidade ainda significativa de pessoas no CadÚnico aponta que os desafios socioeconômicos são relevantes no referido município. Abaixo segue análise semelhante para as cidades da Microrregião de Santa Maria da Vitória conforme gráfico 03:

Gráfico 3. Relação entre população e quantitativo de pessoas cadastradas no CadÚnico da Microrregião de Santa Maria da Vitória nos anos de 2012 e 2022.



Fonte: IBGE; CECAD 2.0 (2023). Org.: Autores, 2024.

No referido recorte microrregião, o município polo, Santa Maria da Vitória, contabilizava em 2012 cerca de 40.165 habitantes, sendo que, desse total 29.903 pessoas estavam cadastradas no CadÚnico (74%). Em 2022, o contingente populacional caiu para 38.604 habitantes, enquanto os cadastrados no CadÚnico aumentaram para 31.849 pessoas (82,5%). Esse cenário revela que, apesar da retração populacional, houve aumento das assimetrias sociais no município.

Portanto, após um período de dez anos, identifica-se redução no quantingente populacional, contudo observa-se aumentou no número de pessoas cadastradas na plataforma em análise. A situação do referido município demonstra uma realidade em que, apesar de algumas mudanças demográficas, os desafios econômicos e sociais continuam presentes e, em alguns casos, até se acentuam, com um número expressivo da população ainda em situação de vulnerabilidade e/ou precariedade social.

A situação no município de Cocos também apresenta um cenário preocupante. Em 2012, a sua população era de 18.235 habitantes, segundo IBGE (2010), contudo identifica-se um total de 15.198 pessoas cadastradas no CadÚnico, o que correspondia a aproximadamente 83% da sua população. Essa informação pode significar que parte da sua população dependia naquela época de alguma ação e/ou programa social. Dez anos depois, ou seja, em 2022, a população do município aumentou para 19.151 habitantes, conforme dados do IBGE (2022), todavia, o número de pessoas cadastradas no CadÚnico declínou para 14.463, o que ainda representa cerca de 75% da população. Embora, tenha ocorrido um crescimento populacional no município, o número absoluto de pessoas cadastradas na plataforma em discursão ainda permaneceu elevado, sugerindo que as assimetrias sociais continuam sendo um problema significativo.

O município de Coribe apresentou retração populacional de 14.210 habitantes em 2012 para 13.990 em 2022, ao passo que os cadastrados no CadÚnico variaram de 13.415 (94%) da população para 12.549 (89,6%). Essa leve oscilação nos dados numéricos não atenua o fato de que nove em cada dez moradores permanecem no cadastro de vulnerabilidade. Observa-se redução no número de pessoas cadastradas no CadÚnico, acompanhada de diminuição do contingente populacional. Esse indicativo pode sugerir um leve declinio nos dados númericos, porém pode não ser perceptivel na realidade social do município. No entanto, a proporção ainda muito alta de pessoas cadastradas na plataforma em tela pode ser um indicativo de que o referido município continua enfrentando desafios socioeconômicos significativos.

Ao analisar os dados referentes ao município de Correntina observa-se uma situação preocupante, entre as informações populacionais e o Cadastro Único. Em 2012, a população municipal era de 31.397 habitantes, conforme IBGE (2010), sendo que 23.392 pessoas estavam cadastradas na referida plataforma do governo federal, o que correspondia a aproximadamente 74% da população. Esse quadro pode representar vulnerabilidade sociais e/ou baixo investimento em ações e/ou políticas públicas locais. Após dez anos, ou seja, em 2022, a população cresceu para 32.459 habitantes segundo o IBGE (2022) no entanto, o número de pessoas cadastradas no CadÚnico caiu para 22.019, o que representa cerca de 68% da população. Embora, o município tenha registrado um aumento no número de habitantes, observa-se que houve redução no percentual de pessoas cadastradas. No entanto, o

número absoluto de pessoas ainda dependentes do CadÚnico é expressivo, o que aponta para a continuidade dos desafios enfrentados no município de Correntina.

Ao analisar a situação referente ao município de Jaborandi identificou-se um crescimento populacional entre os anos de 2012 e 2022. Em 2012, a sua população era de 8.728 habitantes, sendo que 6.081 pessoas estavam cadastradas no CadÚnico. Esse contingente representava cerca de 70% dos habitantes, indicando uma parte significativa da população dependentendente dos programas e/ou ações sociais contempladas no CadÚnico. Esse quadro se agrava em 2022, com o aumento de sua população para 9.272 habitantes, sucessivamente, houve aumento no número de pessoas cadastradas na referida plataforma, ou seja, subiu para 7.920, cerca de 85% da população. O aumento nos indíces de pessoas cadastradas, aliado ao crescimento populacional, pode ser reflexo das assimetrias sociais, tanto na microrregião em análise quanto no município em discussão.

Ainda no contexto da mesorregião em discussão e microrregião em análise verifica-se que o município de São Félix do Coribe apresentou crescimento populacional entre 2012 e 2022. Em 2012, a sua população era de 13.243 habitantes, entretanto 12.089 pessoas estavam cadastradas no CadÚnico, o que representava cerca de 91% da população do referido município. Já em 2022, a população aumentou para 15.194 habitantes, todavia observou-se que o número de pessoas cadastradas no CadÚnico permaneceu praticamente estacionado, em relação ao ano de 2012, ou seja, 12.131 pessoas, o que representava aproximadamente 80% da população. O leve acréssimo no número de cadastrados, aliado ao crescimento populacional, pode ser reflexo de melhoria socias e diminuição de desigualdades. Entrentanto, para afirmativas mais consistente é pertinente análises mais aprofundadas.

A análise para o município de Santana identifica que houve uma leve redução no contingente populacional entre 2012 e 2022. No ano de 2012, o seu quantitativo de habitantes era de 24.987 pessoas, com cerca de 20.880 pessoas cadastradas no CadÚnico, representando 83% da população. O referido número pode indicar desigualdades sociais significativas. Todavia, no ano de 2022, observa-se decréssimo da população, isto é, 24.755 habitantes, enquanto o número de pessoas cadastradas no CadÚnico caiu para 20.427, o que representa cerca de 82% da população. A redução no número de pessoas cadastradas no CadÚnico, acompanhada de leve queda populacional, pode não ser sinônimo de melhoria, haja vista que a população diminui, porém observa-se também certo declinio no contigente de pessoas cadastradas na plataforma em análise.

Ao analisar o município de Canapólis identifica-se um crescimento populacional entre o período de 2012 e 2022. Em 2012, a sua população era de 9.395 habitantes, sendo que 8.094 pessoas estavam cadastradas no CadÚnico, o que representava cerca de 86% da população, um número significativo que pode indicar algum tipo de problema referente ao desenvolvimento social da sua

população. Em 2022, a população do referido município cresceu para 10.225 habitantes, enquanto o número de pessoas cadastradas no CadÚnico ficou praticamente estável, com 8.087 pessoas, o que representa cerca de 79% da população. A leve redução no número de cadastrados no CadÚnico, apesar do crescimento populacional, pode sugerir diminuição das assimétrias sociais. No entanto, a quantidade ainda expressiva de pessoas cadastradas na referida plataforma pode indica que Canapólis continua enfrentando desafios significativos.

O município de Serra Dourada apresentou uma redução populacional entre 2012 e 2022. Em 2012, a sua população era de 17.963 habitantes, entretanto, constatou-se que 16.352, ou seja, 91% das pessoas estavam cadastradas no CadÚnico, o que indicava uma grande parte da população na dependência de programas sociais. Já no ano de 2022, houve um pequeno decréssimo no contingente da população para 17.066 habitantes, enquanto o número de pessoas cadastradas no CadÚnico caiu para 14.517, correspondendo a 85% da população.

O Oeste Baiano é marcado por uma intensa dinâmica agrícola, consolidando-se como um dos principais polos do agronegócio no Brasil. Todavia, ao analisar a evolução censitária e os registros do CadÚnico entre 2012 e 2022, observam-se contradições profundas. A maior parte dos municípios da região destacam-se pelos recordes de produtividade de grãos; contudo, identifica-se no recorte geográfico em análise uma aguda concentração de renda e acentuadas assimetrias socioespaciais, que pode expressar a persistência da fome e da insegurança alimentar.

Nesse sentido, a riqueza oriunda da agricultura idustrializada, mecanizada, tecnificada, petrolificada e financeirizada não se traduz em distribuição de renda equitativa. A prosperidade do setor atrai investimentos e movimenta montantes financeiros significativos para produtores ligados à cadeia do agronegócio e corporações globais, mas grande parte da população local enfrenta subemprego, remunerações precarizadas e desemprego estrutural nos municípios estudados.

Adicionalmente, o crescimento do agronegócio tem atraído um fluxo migratório em busca de oportunidades de trabalho, o que, por sua vez, pode ter inflacionado o custo de vida nos municípios da região em discussão, tornando os alimentos e a moradia menos acessíveis para a população local mais vulnerável socialmente. Isso cria um cenário paradoxal onde, apesar de se encontrar em uma das regiões mais produtivas do país, muitos habitantes do oeste baiano não têm acesso adequado a alimentos nutritivos e a preços justos, o que pode resultar em um proceso de insegurança alimentar relativa.

Torna-se, portanto, urgente a implementação de políticas públicas focadas não apenas no crescimento econômico, mas na redistribuição justa da riqueza produzida. Sem investimentos sólidos na agricultura familiar, na reforma agrária e na segurança nutricional, a expansão do agronegócio

continuará aprofundando as desigualdades sociais e "privando" milhares de baianos do direito humano fundamental à alimentação adequada.

6 CONCLUSÃO

Ao longo da década analisada (2012 a 2022), o número de pessoas cadastradas no CadÚnico expandiu-se expressivamente na maioria dos municípios da Mesorregião do Oeste da Bahia, mesmo naqueles com estabilidade ou retração demográfica. O caso de Luís Eduardo Magalhães é paradigmático: autoproclamada "Capital do Agronegócio", a localidade concentrava, já em 2007, 1,3% da produção agrícola nacional (Menke et *al*., 2009). Contudo, entre 2012 e 2022, enquanto sua população passou de 66.371 para 107.909 habitantes, o contingente de pessoas no CadÚnico mais que dobrou de 24.778 para 52.848, demonstrando que o dinamismo econômico agroexportador não resultou em bem-estar social correspondente.

A superação desse cenário requer a formulação de políticas públicas estruturantes e articuladas, que aliem a garantia de renda mínima ao fortalecimento decidido da agricultura familiar e camponesa principal responsável pelo abastecimento alimentar interno. É imperativo reverter a lógica de desmonte das redes públicas de apoio e implantar equipamentos regionais de segurança alimentar e nutricional (como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias), assegurando o direito humano fundamental à alimentação e combatendo as raízes históricas da desigualdade social.

Em suma, a realidade do Oeste Baiano evidência que a abundância na produção de *commodities* agrícolas não impede a proliferação da fome quando o modelo produtivo privilegia os circuitos globais de capital em detrimento das demandas da população local. O enfrentamento da insegurança alimentar impõe conceber o alimento não como mera mercadoria voltada à especulação financeira, mas como direito inalienável de todos os cidadãos, articulando desenvolvimento econômico, sustentabilidade ecológica e justiça socioespacial.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, P.; DIELEMAN, W.; JANSSEN, R. et *al*. Motores para a mudança global no uso da terra agrícola: o nexo entre dieta, população, rendimento e bioenergia. **Nature Sustainability**, v. 1, nº. 9, p. 469-479, 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41893-018-0100-9>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ATLAS BR. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2024. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BELCHIOR, E. B.; ALCÂNTARA, P. H. R.; BARBOSA, C. F. Perspectivas e desafios para a região do Matopiba. **Fronteira Agrícola**, v. 16, 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/156581/1/CNPASA-2017-fa16.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CECAD 2.0. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, 2024. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CEDIPI. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Curitiba: CEDIPI, 2020. Disponível em: <https://www.cedipi.pr.gov.br/Pagina/Cadastro-Unico-para-Programas-Sociais-CadUnico>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CUNHA, N. R. da S.; LIMA, J. E. de; GOMES, M. F. de M. et *al*. A intensidade da exploração agropecuária como indicador da degradação ambiental na região dos Cerrados, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, nº. 2, p. 291-323, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/Prdytp4hgPnJpmX3SVycJFG/>. Acesso em: 17 ago. 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000200002.

EGGER, D. da S.; RIGOTTO, R. M.; LIMA, F. A. N. de S.; COSTA, A. M.; AGUIAR, A. C. P. Ecocídio nos Cerrados: agronegócio, espoliação das águas e contaminação por agrotóxicos. **Revista BDP - UFPR**, v. 57, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76212>. Acesso em: 26 jun. 2024. DOI: https://doi.org/10.5380/dma.v56i0.76212.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **O estado da segurança alimentar e nutrição no mundo**. Roma: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 20 nov. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 19 nov. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: Análise da Segurança Alimentar no Brasil 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>. Acesso em: 28 jan. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mds/cadastro-unico-dos-programas-sociais-cadunico.html>. Acesso em: 25 jan. 2025.

LEME, A. S.; JUNIOR, J. R. S. R.; BLANCO, L. F.; ANTIPON, L. C. **Fome e assistência alimentar na pandemia**. São Paulo: Paulus/Sefras, 2022. Disponível em: <https://www.sefras.org.br/_files/ugd/5d2464_d1c4ad3004054e51adf2e1c22eb0b5e0.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2024.

MARCHÃO, R. L.; VILELA, L.; PALUDO, A. L. *et al.* Impacto do pisoteio animal na compactação do solo sob integração lavoura-pecuária no Oeste Baiano. Planaltina, DF: **Embrapa Cerrados**, 2009. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/697303/1/comtec163.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MENKE, A. B.; JUNIOR, O. A. de C.; GOMES, R. A. de T. Análise das mudanças do uso agrícola da terra a partir de dados de sensoriamento remoto multitemporal no Município de Luís Eduardo Magalhães (BA – Brasil). **Sociedade & Natureza**, v. 21, nº. 3, p. 315-326, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/cxPVmMxvZhX3mscQ9363Kxd/>. Acesso em: 21 ago. 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/S1982-45132009000300007.

PEREIRA, P. A. N.; OLIVEIRA, S. A. Conflitos socioambientais envolvendo populações tradicionais à luz da expansão do agronegócio na região oeste da Bahia. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, nº. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/981>. Acesso em: 20 ago. 2024. DOI: https://doi.org/10.53282/sul-sul.v4i1.981.

PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L.; BOECHAT, C. A. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**, v. 5, nº. 2, p. 155-174, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2017v5n2p155>. Acesso em: 30 jun. 2024. DOI: https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n2p155

PITTA, F. T.; VEGA, G. C. Impactos da expansão do agronegócio no Matopiba: comunidades e meio ambiente. Rio de Janeiro: **ActionAid**, 2017. Disponível em: <https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1520603385ACTIONAID_MATOPIBA_PORT_WEB.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/familyfarming/detail/fr/c/1392789/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

REUTERS. Fact check: Os 20 anos do Programa Bolsa Família, 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/fact-check/portugues/ODLJPT43CFIXNGPM7CCBF4OFFM-2024-09-24/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de Pandemia da Covid-19. **SER Social**, Brasília, v. 23, nº. 48, p. 28–52, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32423>. Acesso em: 6 out. 2026. DOI: https://doi.org/10.26512/sersocial.v23i48.32423.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Fome e pobreza na Bahia: Panorama e Evidências para o Enfrentamento da Fome e Pobreza na Bahia**. Salvador: SEI, 2023a. Disponível em: <https://ftp.sei.ba.gov.br/Fome_Pobreza/Relatório/Relatorio%20Sum%C3%A1rio%20Executivo_final.pdf> . Acesso em: 6 jun. 2024.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Fome e pobreza na Bahia: panorama e evidências para o enfrentamento da fome e pobreza no estado da Bahia**. Salvador: SEI, 2023b. Disponível em: <https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/situacao_economica/relatorio_fome_e_pobreza.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SOUZA, J. R.; CARLOS, M.; SHIMBO, J. Z. et *al*. Reconstruindo três décadas de mudanças no uso e cobertura da terra nos biomas brasileiros com Landsat Archive e Earth Engine. **Sensoriamento Remoto**, v. 12, nº. 17, p. 2735-2762, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-4292/12/17/2735>. Acesso em: 8 nov. 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/rs12172735.

VASCONCELOS, F. de A. G. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, nº. 11, p. 2710-2717, nov. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Hmz96PxNBvLzRv4LC5ZGLGR/>. Acesso em: 16 nov. 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001100027.